
António José Monteiro da Costa
José Carlos Pinto Ribeiro
Paulo Jorge Silva de Sousa

***Inclusão de Crianças com Condicionamentos de
Aprendizagem***

Unidade Curricular: Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

Curso: Mestrado em Ensino de Educação Musical no Ensino Básico

Ano: 1º

Números: 38339; 44294; 38320

Ano lectivo 2010/2011

Docente: Victor Reis

Vila Nova de Gaia, Janeiro de 2011



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

António José Monteiro da Costa

José Carlos Pinto Ribeiro

Paulo Jorge Silva de Sousa

Unidade Curricular: Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

Curso: Mestrado em Ensino de Educação Musical no Ensino Básico

Ano: 1º

Números: 38339; 44294; 38320

Inclusão de Crianças com Condicionamentos de Aprendizagem

Nome e assinatura do docente: _____



INSTITUTO PIAGET
Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Introdução.....	1
1 – Inclusão.....	3
1.1 - Conceito de Inclusão.....	3
1.2 - Importância da Inclusão na Escola.....	5
2 – Dificuldades de Aprendizagem.....	8
2.1 – Definição do conceito de Dificuldades de Aprendizagem.....	8
2.2 – Características das crianças com Dificuldades de Aprendizagem.....	10
2.3– Tipos de Dificuldades de Aprendizagem.....	12
2.3.1 - Áreas de percepção envolvidas.....	12
2.3.2 – Terminologia.....	13
2.4 – Causas das Dificuldades de Aprendizagem.....	13
2.5 – Identificação das crianças com Dificuldades de Aprendizagem.....	14
2.6 – A inclusão musical na sala de aula.....	18
Conclusão.....	21
Bibliografia.....	22
Sitografia.....	23



INSTITUTO PIAGET
Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Introdução

A inclusão é nos dias de hoje uma constante inquietação humana, na medida em que todos os seres humanos têm direito às mesmas oportunidades. Neste sentido o Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro declara que:

“Constitui desígnio do XVII Governo Constitucional promover a igualdade de oportunidades, valorizar a educação e promover a melhoria da qualidade do ensino. Um aspecto determinante dessa qualidade é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Nessa medida importa planejar um sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos.”

O mesmo Decreto-Lei declara ainda: “A educação inclusiva visa a equidade educativa, sendo que por esta se entende a garantia de igualdade, quer no acesso quer nos resultados.”

De um modo geral, os professores do ensino regular, quando no início do ano se deparam nas suas turmas, com alunos com Necessidades Educativas Especiais, apresentam uma preocupação acrescida, levantando algumas questões, por exemplo: como actuar, como avaliar, como contribuir para facilitar a sua inclusão...

Nos dias de hoje cada vez mais se ouve falar da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais dentro do ensino regular, nomeadamente das dificuldades de aprendizagem.

“Dificuldade de aprendizagem, por vezes referida como desordem de aprendizagem ou transtorno de aprendizagem, é um



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

tipo de desordem pela qual um indivíduo apresenta dificuldades em aprender efectivamente. A desordem afecta a capacidade do cérebro em receber e processar informação e pode tornar problemático para um indivíduo o aprendizado tão rápido quanto o de outro que não é efectuado por ela.” (pt.wikipedia.org).

As escolas hoje em dia têm inúmeros alunos que apresentam Dificuldades de Aprendizagem, esta é uma área da Educação Especial, que mais rapidamente tem aumentado nas últimas décadas.

Através de progressos efectuados em pesquisas neurológicas e ao nível da Psicologia, da Psicanálise, da Pedagogia e Psicopedagogia foram surgindo diferentes aspectos, como sendo orgânicos, educacionais e ambientais, que passaram a ser considerados como factores importantes do problema de aprendizagem, assim como na avaliação, elaboração do diagnósticos e no tratamento a ser efectuado.

Este trabalho é composto por duas partes. A primeira parte consta de uma abordagem teórica sobre Inclusão e a segunda parte refere-se às Dificuldades de Aprendizagem, abordando as mesmas à luz do Decreto-Lei n.º3/2008.

Finalmente apresentamos as nossas conclusões, que são seguidas das referências bibliográficas, que serviram de base ao nosso trabalho.



1 – Inclusão

1.1 – Conceito de Inclusão

A inclusão é um movimento educacional, social e político, que defende a colaboração, de modo responsável na sociedade, de todos os indivíduos. No que respeita ao contexto educacional, defende que todos os alunos têm o direito de desenvolver e alcançar as suas potencialidades. A inclusão, como forma de flexibilizar a resposta educativa de modo a fornecer uma educação básica de particularidade a todos os alunos, tem sido apontada como uma das soluções para o problema da exclusão educacional.

A inclusão poderá ser entendida, como refere Correia 2003, *cit in* Correia 2008:9),

“ (...) a inserção do aluno na classe regular, onde sempre que possível, deve receber todos os serviços educativos adequados, contando-se, para esse fim, com um apoio apropriado às suas características e necessidades.”

O princípio da inclusão apoiado por Correia (1997) refere que o ensino deve ser direccionado para o aluno, como um todo, devendo para tal ser encarados três níveis de desenvolvimento essenciais: académico, sócio-emocional e pessoal, tendo por base as características e necessidades desse mesmo aluno.

O modelo inclusivo de Correia, para além de considerar o aluno com necessidades educativas especiais como um todo e como centro de atenção por parte da Escola, da Família e da Comunidade, considera ainda o Estado como um factor essencial, pois o seu papel é crucial em todo o processo que leva à criação de um sistema inclusivo eficaz.



INSTITUTO PIAGET
Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

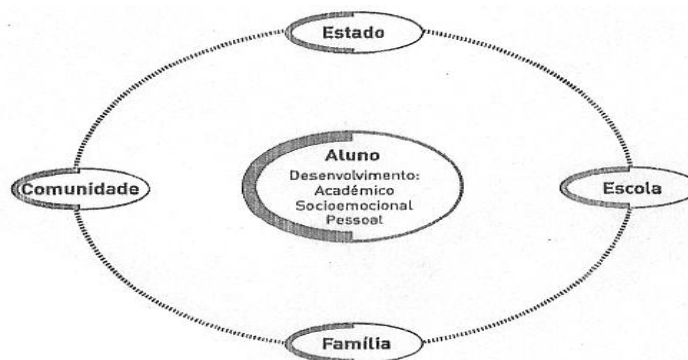


Figura 1 – Sistema inclusivo centrado no aluno (Correia, 2008)

Correia (2008:7) defende que o local mais adequado para se incluir um aluno com N.E.E é na sala de aula, junto dos seus pares sem necessidades educativas especiais, pois é aí que vai encontrar o melhor ambiente para a aprendizagem e para a socialização.

Na sua óptica,

“ (...) uma escola inclusiva é, assim, uma escola onde toda a criança é respeitada e encorajada a aprender até ao limite das suas capacidades.”

Freire (2008:8) refere que a inclusão deve basear-se em quatro eixos essenciais,

“ (...) (1) é um direito fundamental, (2) obriga a repensar a diferença e a diversidade, (3) implica repensar a escola (e o sistema educativo) e (4) pode constituir um veículo de transformação da sociedade.”

A escola deve adaptar-se a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. É da responsabilidade das escolas encontrar formas adequadas de educar, que leve ao sucesso de todas as crianças, incluindo aquelas que mostram incapacidades graves, tal como menciona o Decreto-Lei n.º 3/2008. Contudo, isto só será plausível se o



sistema educativo adoptar uma pedagogia que se adapte às necessidades de cada um, em vez de ser a criança a ter de se adaptar a concitações preestabelecidas.

No que respeita à inclusão dos alunos com N.E.E. dentro da sala de aula, exige-se uma reestruturação da escola e do currículo, de modo a permitir que estes alunos tenham uma aprendizagem em conjunto. Para tal, é necessário promover uma motivação extrínseca através do reforço, de modo a influenciar o seu comportamento e desempenho em situações de dificuldade e de falha.

Deste modo, a escola terá de se desprender dos modelos de ensino-aprendizagem baseados no currículo, passando a dar mais importância a modelos baseados no aluno. São os currículos que se devem adaptar às necessidades da criança e não o contrário.

O êxito da educação inclusiva resulta em parte da identificação precoce e da estimulação precoce das crianças com N.E.E. desde a primeira idade.

1.2 - Importância da Inclusão na Escola

Segundo Hammeken (1996), a auto-estima da criança com N.E.E. é melhorada, uma vez que esta não precisa de ser retirada da sala de aula para aprender. Esta autora refere ainda que a inclusão melhora o sistema educativo, na medida em que as estratégias que são utilizadas com as crianças com N.E.E. podem ser aproveitadas para ensinar as outras crianças.

A escola para conseguir desenvolver indivíduos com competências complexas que lhes permitam participar activamente e eficazmente na sociedade a que pertencem, e que revelem atitudes de tolerância e respeito para com todos os indivíduos, não pode manter-se estabilizada (Freire, 2008). O desenvolvimento de uma educação inclusiva “obriga” a grandes mudanças



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

organizacionais e funcionais em diferentes níveis do sistema educativo, tais como, mudanças na articulação dos diferentes agentes educativos, mudanças na gestão da sala de aula e do currículo e mudanças no próprio processo de ensino-aprendizagem, assim, pode também originar resistências e medos que inibam a ocorrência dessas mudanças (idem).

Rodrigues *cit in* Freire, (2008:7,8) refere que,

“A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa, defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade.”

As vantagens da inclusão não são apenas proveitosas para as crianças com e sem necessidades educativas, estas alongam-se a toda a comunidade educativa

Incluir as crianças com N.E.E. dentro da sala de aula possui benefícios para todos os envolvidos (crianças, pais, professores, comunidade envolvente, ...), ou seja, o contacto com outras crianças é altamente benéfico ao nível da socialização e da integração social. As crianças ditas “normais” perante esta realidade tendem a tornar-se mais tolerantes e sensíveis à diferença, criando atitudes positivas a nível emotivo e de convivência.

Os professores que têm na sua turma estes alunos devem estar constantemente e obrigatoriamente num processo de mudança, actualização e renovação das suas práticas. Nestas escolas os pais têm a oportunidade de participar activamente no processo educativo, podendo desta forma estar mais



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

informados, colaboradores mas também mais tolerantes. A comunidade tende a tornar-se mais aberta, viabilizando a convivência em que todos cooperam na resolução dos problemas e na sua própria evolução positiva.

Para que uma escola inclusiva funcione é necessário que exista colaboração entre todos, mas principalmente uma articulação funcional, entre a educação especial e a educação regular. Os elementos de uma equipa educativa com especialistas, em áreas distintas, que trabalham juntos na resolução de problemas vão permitir que os resultados sejam atingidos mais rapidamente.



2 - Dificuldades de Aprendizagem

2.1 - Definição do conceito de Dificuldades de Aprendizagem

As Dificuldades de Aprendizagem (D.A.), de acordo com o Decreto que se encontra neste momento em vigor, Decreto-Lei n.º3/2008, de 7 de Janeiro, não são consideradas necessidades educativas especiais.

Torna-se imprescindível referir que as grandes definições formuladas ao longo dos anos reflectem-se numa terminologia que pode ser classificada em três categorias principais: *lesão cerebral*, *disfunção cerebral mínima* e *dificuldades de aprendizagem* (Mercer, 1994, Correia, 1991, e Kirby & Williams, 1991, *cit in* Cruz, 1999).

Originalmente, o termo dificuldade tem o sentido de dispersão ou desvio em relação àquilo a que chamamos de norma, esta traduz-se em barreiras, limitações e em obstáculos. Contudo, estes podem ser distintos entre si, no que diz respeito à grandeza, intensidade e força e, igualmente, no que se refere às suas causas e durações (Rebelo, 1993).

As D.A. podem ser estudadas num sentido orgânico e, entendidas como desordens neurológicas capazes de intervirem com a recepção e integração de informação. Do ponto de vista educacional as D.A. revelam uma incapacidade para a aprendizagem da leitura, da escrita, do cálculo ou, ainda, para a aquisição de aptidões sociais (Correia & Martins, 2000).

Segundo Correia (1997: 55), embora existam diferentes definições de D.A., este defende que pode ser considerado o referencial americano (*Public Law 94-142*) que expõe o seguinte:

“ (...) uma perturbação num ou mais processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou utilização da linguagem falada ou escrita, que pode manifestar-se por uma aptidão imperfeita de escutar, pensar, ler, escrever, soletrar ou fazer



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

cálculos matemáticos. O termo inclui condições como deficiências perceptivas, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexia e afasia de desenvolvimento. O termo engloba as crianças que têm problemas de aprendizagem resultantes principalmente de deficiência visual, auditiva ou motora, de deficiência mental, de perturbação emocional ou de desvantagens ambientais, culturais ou económicas.”

Outra definição importante e reconhecida mundialmente é a do *National Joint Committee on Learning Disabilities* (Smith et al., 1997 cit in Correia & Marins, 2000:8) que refere o seguinte,

“Dificuldades de Aprendizagem” é um termo genérico que diz respeito a um grupo heterogéneo de desordens manifestadas por problemas significativos na aquisição e uso das capacidades de escrita, fala, leitura, escrita, raciocínio ou matemáticas. Estas desordens, presumivelmente devidas a uma disfunção do sistema nervoso central, são intrínsecas ao indivíduo e podem ocorrer durante toda a sua vida. Problemas nos comportamentos auto-reguladores, na percepção social e nas interações sociais podem coexistir com as D.A., mas não constituem por si só uma dificuldade de aprendizagem. Embora as dificuldades de aprendizagem possam ocorrer concomitantemente com outras condições de incapacidade (por exemplo, privação sensorial, deficiência mental, perturbação emocional grave) ou com influências extrínsecas (tal como diferenças culturais, ensino inadequado ou insuficiente), elas não são devidas a tais condições ou influências.”

O termo D.A. pode ser compreendido num sentido amplo ou num sentido restrito. Num sentido amplo considera-se quando a criança expressa dificuldades na escola em maior ou menor grau, carecendo de uma atenção educativa especial. Nesta definição a ideia que prevalece é que a dificuldade pode surgir por variadas razões.



Num sentido restrito, as D.A. são apenas uma parte das N.E.E., havendo aqui, uma discrepância entre capacidade e rendimento escolar (Rebelo, 1993).

2.2 - Características das crianças com Dificuldades de Aprendizagem

Cruz (1999) refere que, em geral, os indivíduos com D.A. caracterizam-se por uma discrepância acentuada entre o potencial estimado e a sua realização escolar. Esta discrepância situa-se abaixo da média em uma ou mais áreas académicas.

Outra característica dos indivíduos com D.A. é a rejeição de problemas sensoriais (deficiência visual, ambliopia, deficiência auditiva ou hipoacusia), e também de perturbações motoras (Fonseca, 1984, *cit. in* Cruz, 1999).

As pessoas com D.A. podem apresentar ainda problemas especialmente relacionados com a recepção (*input*), organização ou integração (processamento) e expressão (*output*) de informação.

Assim, torna-se evidente que estes indivíduos podem apresentar uma enorme diversidade de características ou problemas. Estes podem manifestar-se em conjunto ou separados.

Como refere Cruz (1999:105), as dez características mais referidas no que respeita aos indivíduos com D.A. em função da sua frequência são:

- 1) Hiperactividade;
- 2) Problemas perceptivo-motores;
- 3) Instabilidade emocional (explosões emocionais súbitas sem causa óbvia);
- 4) Défices gerais de coordenação (trapalhão e coordenação motora pobre);



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

- 5) Desordens de atenção (pequenos períodos de atenção, distractibilidade, perseveração);
- 6) Impulsividade;
- 7) Desordens da memória e do pensamento;
- 8) “Dificuldades de aprendizagem” específicas (leitura, escrita, soletração e aritmética);
- 9) Desordens da audição e da fala;
- 10) Sinais neurológicos difusos, como irregularidades electroencefalográficas.

O mesmo autor refere ainda que, após uma extensa revisão bibliográfica, elencou algumas das características que se evidenciam com mais frequência nas crianças com D.A., entre elas destacam-se os indícios ou sinais neurológicos, problemas de atenção, problemas de percepção, défices de memória, défices cognitivos, problemas psicolinguísticos e problemas de actividade motora e psicomotora.

Em relação à hiperactividade, esta é a forma mais habitual de transtorno motor. Os indivíduos com este problema apresentam algumas das seguintes características:

- Falam alto, muito e rapidamente;
- Necessitam de estar em permanente movimento e em actividade;
- Têm a propensão para responder antes de ouvirem a pergunta até ao fim;
- Explodem com muita facilidade;
- Têm permanente curiosidade, reserva de energia e necessidade de explorar e descobrir coisas;
- Discutem, enfrentam e argumentam;
- Apresentam deficiente auto-estima;
- Revelam dificuldade de relacionamento;
- Têm a capacidade de aprendizagem motora e cognitiva afectada;



- Apresentam grande instabilidade psíquica e emocional;
- Procuram de um modo insaciável estímulos sensoriais;
- Apresentam deficiência na selecção de estímulos;
- São distraídos.

2.3 - Tipos de Dificuldades de Aprendizagem

2.3.1 - Áreas de percepção envolvidas

As D.A. abrangem muitas áreas que estão relacionadas com a percepção, entre as quais:

- Discriminação visual ou auditiva: percepção das diferenças nos dois olhos ou nos dois ouvidos;
- Impedimento visual ou auditivo: preenchimento da falta de certas imagens ou sons;
- Discriminação figura - fundo, visual ou auditiva: o indivíduo focaliza um objecto, no entanto ignora os seus antecedentes;
- Não possui memória visual ou auditiva, nem a curto, nem a longo prazo;
- Sequência visual ou auditiva: não consegue colocar pela ordem correcta o que vê ou ouve;
- Associação e compreensão auditiva: torna-se difícil relacionar o que ouvem a outras coisas, incluindo as definições de palavras e significados de sentenças;
- Percepção espacial: a lateralidade (acima e abaixo, entre, dentro e fora) e posicionar-se correctamente no espaço, em certas ocasiões é um problema que lhes custa ultrapassar;
- Incapacidade em efectuar aprendizagens não - verbais: apresentam dificuldades no processamento de sinais não - verbais, quando se encontram em interacções sociais (pt.wikipedia.org).



2.3.2 Terminologia

Para descrever as D.A. são usados vários termos em particular, uma criança/indivíduo pode apresentar apenas uma, ou mais em simultâneo. Alguns desses termos são:

- *Disfasia/Afasia* – neste, a criança apresenta perturbações ao nível da fala e da linguagem. Manifesta dificuldade em produzir sons (perturbação na articulação); apresenta ainda dificuldade em desenvolver as suas ideias oralmente (desordem expressiva) e manifesta também dificuldade em apreender ou entender o que as outras pessoas lhe transmitem (transtorno receptivo).
- *Dislexia* – termo usado para as dificuldades ao nível da leitura. A criança apresenta dificuldade no mapeamento fonético, manifesta dificuldade na orientação espacial, ou seja, confunde as letras b e d, assim como outros pares de letras. Os disléxicos com maior dificuldade manifestam ainda confusão com as letras b, d, p e q; apresenta ainda dificuldade ao nível da ordenação sequencial, uma vez que, pode visualizar um conjunto de letras, mas não as perceber na sua ordem correcta.
- *Disgrafia* – é a designação usada para uma deficiência na área da escrita, normalmente é ligada à dificuldade de integração visual-motora e habilidades motoras finas.
- *Discalculia* – é o termo usado para a dificuldade na área da matemática (familia.sapo.pt).

2.4 - Causas das Dificuldades de Aprendizagem

Segundo Correia & Martins (2000), a origem das D.A. encontra-se presumivelmente no sistema nervoso central do indivíduo, podendo para tal,



existir um conjunto diferenciado de factores que contribuem para esse factor. O primeiro factor a ter em conta é a hereditariedade (fundamento genético), que associa a família às D.A.

Existem outros conjuntos de factores que podem causar D.A. Entre estes factores, distinguem-se os excessos de radiação, o abuso de álcool e/ou drogas durante a gravidez, as insuficiências placentárias, a incompatibilidade RH com a mãe, o facto de existir um parto prolongado ou complicado, as hemorragias intracranianas durante o nascimento ou também a privação de oxigénio (anoxia) (Correia & Martins, 2000).

Em relação aos factores pós-natais que podem vir a causar D.A., estão usualmente associados a traumatismos cranianos, aos tumores e derrames cerebrais, à má nutrição, à falta de envolvimento dos pais durante as fases de desenvolvimento precoce do bebé, às substâncias tóxicas (como por exemplo o chumbo), à negligência ou ainda ao abuso físico.

Factores Neurofisiológicos	Factores Psicológicos			Factores Socioculturais	Factores Institucionais
	Linguagem	Memória	Atenção		
Disfunção cerebral mínima	Factores linguísticos de ordem global	Défices de memória a curto prazo	Défices no alerta, activação, selectividade, manutenção, nível de apreensão, etc.	Malnutrição	Ensino insuficiente ou inadequado
Factores genéticos		Défices de memória a longo prazo		Pobreza linguística do contexto familiar	Condições materiais deficitárias
Factores bioquímicos e endocrinológicos	Factores linguísticos de ordem específica			Falta de estimulação, indisponibilidade de livros	Inadequação dos programas, da avaliação, etc.
Problemas perinatais				Desvalorização das aprendizagens por parte da família	

Quadro 1 – Causas das Dificuldades de Aprendizagem (Lopes, 2005)

2.5 - Identificação da criança com Dificuldades de Aprendizagem

Segundo Correia & Martins (2000), as D.A. devem ser identificadas o mais prematuramente possível, contribuindo para tal uma observação cuidada



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

dos vários comportamentos da criança. Neste sentido, quer os pais, quer os educadores/professores, devem estar atentos a um conjunto de sinais que a criança possa apresentar de forma contínua e frequente, embora se considere que não existem sinais distintos que identifiquem as D.A.

Alguns autores defendem que existem diferentes elementos para a identificação das D.A. Hammil (1990 *cit. in* Cruz, 1999), refere que existem cinco elementos que aparecem de um modo parcial ou total nas principais definições de D.A., sendo elas: o fracasso nas tarefas; a discrepância potencial-rendimento; os factores etiológicos (neurológicos); os factores de exclusão e as disfunções num ou mais processos psicológicos.

Por sua vez, Correia (1991, *cit. in* Cruz, 1999) refere outros quatro critérios: a existência de danos cerebrais mínimos; a existência de problemas nos processos psicológicos básicos; a existência de discrepância entre a realização e o potencial, e a exclusão de outras causas.

Kirk, Gallagher e Anastasiowl (1993, *cit. in* Cruz, 1999:65,66) fazem ainda referência a outros quatro critérios:

“Primeiro, a presença de dificuldades académicas, pois o indivíduo com D.A. tem dificuldades em aprender a ler ou a fazer cálculos matemáticos quando comparado com outros indivíduos da mesma idade. Depois, o aluno com D.A. experimenta uma discrepância séria entre a habilidade intelectual e o rendimento escolar, o que é conhecido como discrepância, aptidão-rendimento.

Um terceiro critério diz respeito à exclusão de outros factores, pois um indivíduo não pode ser classificado como tendo D.A. se os problemas de aprendizagem forem causados por distúrbios visuais ou auditivos, deficiência mental, deficiência motora, distúrbios emocionais ou factores envolvimentoais. Por fim, o quarto critério refere que as D.A. básicas são o resultado de algum tipo de desordem neurológica.”



Já para Vítor da Fonseca (1996 *cit. in* Cruz, 1999), num artigo científico publicado na revista *Journal of Learning Disabilities*, refere três critérios que, para além de serem os mais descritos, são os mais consensuais, como sendo: a inclusão (ou especificidade), pois os problemas das D.A. encontram-se circunscritos a um número limitado de domínios académicos ou cognitivos; o critério da exclusão, ou seja, as D.A. diferenciam-se de outras dificuldades que possam coexistir com elas e o critério da discrepância, ou seja a falta de concordância entre o resultado real de uma aprendizagem, e o esperado em função das habilidades cognitivas ou intelectuais.

Correia & Martins (2000), apresentam uma lista de verificação onde se encontram um conjunto de sinais que podem ser indicadores das D.A.

Lista de verificação			
Conjunto de sinais que podem ser indicadores de DA			
O indivíduo tem problemas em:			
Organização	☐ Desenhos	☐ Contar histórias	☐ Reter matérias novas
☐ Conhecer as horas, os dias da semana, os meses e o ano	☐ Escrever	☐ Discriminar sons	☐ Aprender o alfabeto
☐ Gerir o tempo	☐ Subir e correr	☐ Responder a perguntas	☐ Transpor sequências numéricas
☐ Completar tarefas	☐ Desportos	☐ Compreender conceitos	☐ Identificar sinais aritméticos (+, -, x, :, =)
☐ Encontrar objectos pessoais	Linguagem falada ou escrita	☐ Compreensão da leitura	☐ Identificar letras
☐ Executar planos	☐ Aquisição da fala	☐ Soletrar	☐ Recordar nomes
☐ Tomar decisões	☐ Articular	☐ Escrever histórias e textos	☐ Recordar eventos
☐ Estabelecer prioridades	☐ Aprender vocabulário novo	Atenção e concentração	☐ Estudar para os testes
☐ Sequencialização	☐ Encontrar as palavras certas	☐ Completar tarefas	Comportamento social
Coordenação motora	☐ Rimar palavras	☐ Agir depois de pensar	☐ Iniciar e manter amizades
☐ Manipular objectos pequenos	☐ Diferenciar palavras simples	☐ Esperar	☐ Julgar situações sociais
☐ Desenvolver aptidões de independência pessoal	☐ Leitura e/ou escrita (dá erros frequentes tal como reversões (b/d), inversões (m/w), transposições (ato/ota) e substituições (carro/cama)	☐ Relaxar	☐ Impulsividade
☐ Cortar	☐ Seguir instruções	☐ Manter-se atento (sonhar acordado)	☐ Tolerância à frustração
☐ Estar atento ao que o rodeia (muito dado a acidentes/tropeça com frequência)	☐ Compreender ordens	☐ Distracção	☐ Interações
		Memória	☐ Aceitar mudanças nas rotinas diárias
		☐ Recordar instruções	☐ Interpretar sinais não verbais
		☐ Recordar factos	☐ Trabalhar em cooperação
		☐ Aprender conceitos matemáticos	

Nota: Esta lista de verificação pretende ser um guia para pais e profissionais. Não deverá ser utilizada isoladamente, mas poderá constituir uma via para que eles possam vir a considerar uma avaliação mais exaustiva. Todas as crianças exibem um ou mais destes comportamentos, de tempos a tempos, ao longo da sua infância pelo que se chama a atenção para o facto de que não se devem tirar conclusões com base na aplicação desta lista por si só. Contudo, a exibição frequente de um grupo destes comportamentos pode ser considerada como um indicador para a procura de uma consulta, ou para a efectuação de observações ou avaliações posteriores.

Quadro 2 – Lista de verificação de indicadores de D.A. (Correia & Martins, 2000)



Para além da lista de verificação, existe também um quadro que apresenta quatro listas, por nível escolar (Levine, 1990 *cit. in* Correia & Martins, 2000), que contém um conjunto de primeiros sinais que devem ser observados no que diz respeito às D.A.

Dificuldades de aprendizagem

Que observar: alguns sinais iniciais a ter em conta

	Pré-escola	Níveis iniciais	Níveis médios	Níveis superiores
Linguagem	Problemas de articulação. Aquisição lenta do vocabulário. Falta de interesse em ouvir histórias.	Atraso na descodificação da leitura. Dificuldades em seguir instruções. Solistação pobre.	Compreensão pobre de leitura. Pouca participação verbal na classe. Problemas com palavras difíceis.	Dificuldades em argumentar. Problemas na aprendizagem de línguas estrangeiras. Expressão escrita traseira. Problemas em resumir.
Memória	Problemas na aprendizagem de números, alfabeto, dias da semana, etc. Dificuldade em seguir rotinas.	Dificuldades em recordar factos. Problemas de organização. Aquisição lenta de novas habilidades. Solistação pobre.	Dificuldade em recordar conceitos matemáticos. Dificuldade na memória imediata.	Problemas em estudar para os testes. Dificuldades na memória de longo termo.
Atenção	Problemas em permanecer sentado (quieto). Atividade excessiva. Falta de persistência nas tarefas.	Impulsividade, dificuldade em planificar, erros por desleixo. Distração.	Inconstante. Dificil auto-controlo. Fraca capacidade para perceber cores.	Problemas de memória devido a fraca atenção. Fadiga mental.
Motoridade fina	Problemas na aquisição de comportamentos de autonomia. (exemplo: na componente grafomotora as atapadões (carrinhos de sapatos). Desajeitado. Relutância para escrever ou fazer.	Instabilidade na presença do lápis. Problemas na componente grafomotora da escrita (forma dos algarismos). Pressão do traço, etc.).	Manipulação inadequada do lápis. Escrita ilegível, lenta ou inconstante. Relutância em escrever.	Diminuição da relevância da motricidade fina.
Outras funções	Problemas na aquisição da noção de direita ou esquerda (possível confusão visuoespacial). Problemas nas interações sociais (aproximações sociais pobres).	Problemas com a noção de tempo (desorganização temporal secundária). Domínio pobre de conceitos matemáticos.	Estratégias de aprendizagem fracas. Desorganização no espaço ou no tempo. Rejeição por parte dos pares.	Domínio pobre de conceitos abstratos. Problemas na planificação de tarefas. Dificuldade na realização de exames, testes...

Nota: Estas listas são um guia para pais e professores. Não devem ser utilizadas isoladamente, mas podem contribuir para uma visão que eles possam vir a considerar uma avaliação mais exaustiva. Todas as crianças exibem um ou mais destas características, de tempos a tempos, ao longo da sua infância, pelo que as mesmas devem ser a ponto de que não se devam tirar lições com base na avaliação desta lista por si só. Contudo, a existência frequente de um grupo destas características pode ser considerada como um indicador para a procura de uma consulta, ou para a existência de observações de avaliações posteriores.

Quadro 3 – Alguns sinais a ter em conta nas D.A. - por nível escolar (Correia & Martins, 2000)

Estas listas, desde que bem utilizadas, permitem recolher informação que, junta com a informação obtida através da observação directa do aluno,



permite a elaboração de uma primeira intervenção educativa, com o objectivo de minimizar ou até mesmo eliminar os seus problemas (Correia & Martins, 2000).

2.6 - A inclusão musical na sala de aula

Reflectindo sobre a educação musical neste contexto, uma das principais funções do professor de música é a de saber como programar (escolher, planificar, adaptar e pôr em prática) actividades musicais inclusivas que engrandeçam um trabalho de conjunto para toda a turma.

Para isso, o educador deve conhecer bem o grupo, para que as actividades sejam vantajosas tanto em alunos com necessidades educativas especiais, como em alunos sem necessidades educativas especiais, sem que se produzam conflitos nem cisões, entre ambos.

É importante ter em consideração que, o aluno com necessidades educativas especiais não tem, por vezes, capacidade para acompanhar o currículo do ensino genérico.

Com isso, o professor de educação musical deve planear um currículo alternativo, que vise oferecer uma aprendizagem dos conteúdos musicais, por meio de actividades musicais inclusivas.

No entanto, o professor de música pode ainda colaborar com um músico terapeuta, ou com o professor do ensino especial, articulando o processo ensino-aprendizagem, de forma a introduzir as adaptações curriculares, em função dos alunos com essas necessidades.

Uma estratégia que propomos em relação à estruturação da aula, é a divisão da mesma em três etapas fulcrais: usar o início e o fim para as



actividades musicais inclusivas em conjunto e um momento intermédio, destinado às actividades musicais, que solicitam as adaptações curriculares.

Esta diversidade pode possibilitar a adaptação dos currículos e programas, consoante as características de cada aluno, bem como o seu grau de deficiência.

Ribeiro (2008:78) diz-nos que,

“Os princípios subjacentes às noções de Escola Inclusiva, de Educação para Todos, de igualdade de oportunidades educativas, parecem equilibrados, no entanto são necessárias medidas operacionais, tais como a diminuição do número de alunos por turma, o aumento da flexibilidade dos programas, a redução do horário dos professores que trabalham com alunos com NEE, a melhoria das condições físicas das escolas e a existência de acções de formação adequadas às necessidades dos professores, para estes se enquadrarem nas novas orientações educativas.”

A educação musical deve ser entendida como uma educação através da música, e não o contrário, isto é, não se pretende centrar o ensino da educação musical para a performance, mas sim para o desenvolvimento de capacidades intrínsecas à pessoa, tais como a sensibilidade, a percepção, a memória, a emoção, a cognição e a socialização. (Sousa, 2008).

Através do jogo, da imitação e da estimulação, a criança deve ser capaz de desenvolver estas capacidades, levando a criança com necessidades educativas especiais a desenvolver aptidões sensoriais, psico-emocionais, motoras, cognitivas e sociais.

Como nos diz Louro (s/d:6), devemos aprofundar saberes sobre,

“1- Saber sobre questões clínicas básicas das deficiências e sobre o processo de aprendizagem que circunda as deficiências;



INSTITUTO PIAGET

Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

2- *Ter uma visão ampla do fazer musical e não somente focada na performance instrumental ou nos métodos tradicionais de ensino musical;*

3- *Saber promover adaptações metodológicas, instrumentais e musicais;*

4- *Trabalhar em equipe (junto com neuro; fono; psicólogo, etc.)*

5- *Ter metas bem definidas com cada aluno ou grupo. Para tanto, pensar nas seguintes questões:*

a. *Para quem é a aula (público/ perfil do aluno, deficiência que ele tem)*

b. *Para que serve tal atividade, ou tal conteúdo (o que se pretende trabalhar com cada aluno ou com a atividade proposta)*

c. *Como fazer (metodologia. Como atingir os objetivos)*

6- *Ter uma postura adequada. Acreditar SEMPRE no material humano que tem em mãos. Respeitar o tempo e os limites dos alunos, mas não deixar de trabalhar as dificuldades, nem de exigir boa qualidade musical.*

Se o professor ficar atento às questões acima, é bem provável que terá um bom resultado quanto a suas aulas. Acreditamos que a conquista de bons resultados musicais com alunos com deficiências colaborará cada vez mais para a quebra de preconceitos, para o desenvolvimento de metodologias mais específicas e pesquisas em relação a essa temática.”



Conclusão

A escola tem por dever aceitar todos os alunos, com todas as diferenças que estes apresentem, deve defender o seu direito à aprendizagem e desenvolver uma educação apropriada, que vá ao encontro das necessidades específicas de cada um.

O professor deve ser a primeira pessoa a motivar os seus alunos, promover a resiliência nas mesmas, pois através desta consegue-se que o aluno encontre motivações para gostar de aprender e, desta forma rentabilizar as suas capacidades.

Uma vez que a escola actual é uma escola inclusiva torna-se imprescindível que cada professor crie na sua turma situações de sucesso, de forma que os êxitos dominem os fracassos, desenvolva estratégias para evitar expectativas negativas e faça com que as expectativas positivas sejam realçadas, em relação às aprendizagens de cada um dos alunos.

Incluir crianças ditas “diferentes” na sala de aula é uma tarefa bastante complexa, pois nem todos os docentes estão aptos ou preparados para tal. Constantemente, nas salas de aula, os professores são confrontados com alunos com dificuldades de aprendizagem, contudo nem sempre conseguem identificá-los ou identificar a origem dessas dificuldades, talvez porque as dificuldades de aprendizagem não são originadas por um único problema. Portanto torna-se indispensável que o professor consiga, pelo menos, identificar uma criança com dificuldades de aprendizagem para o seu diagnóstico ser efectuado o mais precocemente possível, de forma a poder oferecer-se a esse aluno, desde logo, uma resposta apropriada e eficaz.

Assim sendo é necessário investir na formação inicial e contínua de professores. Uma formação que contenha programas, onde os docentes possam construir novas competências de ensino, que lhes permita desta forma estarem constantemente actualizados, relativamente a problemas que os seus alunos possam apresentar.



INSTITUTO PIAGET
Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Bibliografia

Correia, L. M. & Martins, A. P. - *Dificuldades de Aprendizagem*.
Biblioteca Digital, Coleção Educação, Porto: Porto Editora, 2000

Correia, L. M. - *Alunos com necessidades educativas especiais nas
classes regulares*, Porto: Porto Editora, 1997

Correia, L. M. - *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais. Um guia
para educadores e professores*. 2.^a Edição, Porto: Porto Editora, 2008

Cruz, V. - *Dificuldades de Aprendizagem. Fundamentos*, Porto: Porto
Editora, 1999

Hammeken, P. A. - *Inclusion: An essential guide for the paraprofessional*,
Minnesota: Paytral Publications, 1996

Lopes, J. A. - *Dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita.
Perspectivas de avaliação e intervenção*, Porto: Edições ASA, 2005

Rebelo, J. A. S. - *Dificuldades da Leitura e da Escrita em Alunos do
Ensino Básico*, Rio Tinto: Edições ASA, 1993

Ribeiro, I. M. D. - *Educação Inclusiva Na Escola Básica Pública
Portuguesa - Perspectivas e Práticas Pedagógicas de Professores de
Educação Tecnológica, da Região Autónoma da Madeira, face à Inclusão de
Jovens com NEE*, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Dissertação
de Mestrado em Educação Especial, Porto, 2008

Rodrigues, D. (coord.) - *Educação e Diferença Valores e Práticas para
uma Educação Inclusiva*. Porto: Porto Editora, 2001

Decreto-Lei n.º 3/2008 de 7 de Janeiro, Ministério da Educação



INSTITUTO PIAGET
Campus Académico de Vila Nova de Gaia
Escola Superior de Educação Jean Piaget – Arcozelo
(Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de Dezembro)

Sitografia

Freire, S. (2008). Um olhar sobre a inclusão. *Revista da Educação*, 1 (XVI), disponível em http://revista.educ.fc.ul.pt/arquivo/Vol_XVI_1/1%20-%20Um%20olhar%20sobre%20a%20inclus%C3%A3o%20Sofia%20Freire%20_Alterado_.pdf, Consultado em 29 de Dezembro de 2010

Louro, Viviane – Educação musical e deficiência: quebrando os preconceitos, disponível em http://www.musicaeinclusao.com.br/xmedia/artigos/Educacao_musical_e_deficiencia_quebrando_os_preconceitos.pdf, consultado em 25 de Janeiro de 2011

http://familia.sapo.pt/crianca/educacao/mae_ideal/1005238.html - As crianças e as dificuldades de aprendizagem, consultado em 29 de Dezembro de 2010

http://pt.wikipedia.org/wiki/Dificuldades_de_aprendizagem - *Dificuldades de Aprendizagem*, consultado em 29 de Dezembro de 2010